QUESTÃO URBANA NO BRASIL E EM MATO GROSSO

Cornélio Silvano Vilarinho Neto[1]

RESUMO

A questão urbana tem sido ao longo do tempo uma forma de organização do espaço e ao mesmo tempo vem apontando que as cidades são os únicos lugares com possibilidades de desenvolvimento tanto das atividades culturais como do avanço tecnológico, que também provocaram a formação desigual da sociedade, fomentando, assim, o processo de competitividade e de divisão internacional de trabalho. Que a evolução urbana fez desencadear o processo de exclusão social, pois a urbanização é fruto da industrialização que tem como base de apoio, o modo capitalista de produção e inserido neste contexto o espaço urbano praticamente perdeu a relação com o valor de uso e passa a se relacionar com o valor de troca, ou seja, o espaço urbano é transformado em mercadoria.

Palavras-chaves: Organização. Espaço. Questão urbana.

RESUMEN

La questión urbana ha sido, al largo del tiempo, una forma de organización del espacio y, en el mismo tiempo que viene señalando que las ciudades son los únicos lugares con posibilidades de desarrollo tanto de las actividades culturales como del avance tecnológico, que también provocaran la formación variable de la sociedad, fomentando, así, el proceso de competitividad y de división internacional del trabajo. Que la evolución urbana hizo desencadenar el proceso de exclusión social, pues la urbanización és fruto de la industrialización que tiene como base de apoyo, lo modo capitalista de producción y insertado en este contexto el espacio urbano prácticamente perdió la relación con el valor de uso y pasa a relacionarse con el valor de cambio, o sea, el espacio urbano és transformado en mercancía.

Palabras-llaves: Organización. Espacio. Cuestión urbana.

1 Professor Doutor de Departamento de Geografia ICHS/UFMT.

Introdução

A finalidade do presente artigo é mostrar que as cidades são os únicos locais onde a transformação espacial ocorre modificando as relações sociais e territoriais, possibilitando a difusão da cultura e da técnica, como também impulsionando o processo competitivo e a concentração intensiva de sua população. A partir da revolução industrial houve tanto o aumento do número de cidades como a modificação geral do modo de vida urbana, enfatizando, assim, os elementos formadores das cidades e os conflitos dos agentes sociais na disputa pela terra urbana. No Ocidente, a revolução industrial fomentou a ruptura da sociedade devido ao processo da migração campo-cidade. Nesse momento, a cidade existente dá lugar a uma nova cidade, a qual contém em sua estrutura interna um novo espaço urbano adaptado às novas tecnologias, pois, o velho espaço urbano é destruído e erguido um novo espaço urbano, para atender às demandas impostas pelo capital na formação desse novo espaço. Nesse movimento, o mesmo passa a significar não apenas a utilidade de moradia, mas também um bem econômico, o qual perde o valor de uso e incorpora o valor de troca. Nesse contexto, fica claro que o papel do Estado na produção do espaço urbano é na arrecadação tributária através da cobrança de impostos diretos e indiretos, visando aumentar, cada vez mais, a receita dos cofres públicos. Observa-se que, no Brasil, o processo de formação das cidades passou por várias fases, provocando, assim, as novas formas urbanas e o processo de criação de metrópole.

O processo de evolução das cidades

A formação das cidades após a revolução industrial provocou uma ruptura brutal na vida social do Ocidente, tal fato se deve ao seu crescimento intensivo e, ao mesmo tempo, provocou o despovoamento do campo. A cidade, até então existente como organismo urbano coerente, desaparece, dando lugar a uma cidade com uma nova estrutura interna e, também, com um novo espaço urbano. A constante demolição de moradias antigas e a construção, no local, de novas moradias, com a finalidade de atender à demanda do novo mercado imobiliário, consolidam o processo de constante transformação da cidade; portanto, nesse contexto, a cidade deixa de ser dos citadinos que a habitam passando a ser a cidade do capital, ou seja, a cidade sem história.

O crescimento das cidades é o fenômeno conhecido pelos estudiosos do urbano como produção do espaço, que consiste em um processo que se apresenta em diversas dimensões de categorias que norteiam o espaço urbano.

Portanto, ao falar de espaço urbano, ao mesmo tempo estar-se-á falando de cidade. Então, nesse contexto é importante frisar que a cidade é o espaço onde as contradições se afloram e as necessidades são manifestadas através do avanço sobre a noção do cidadão urbano. Essa tomada de consciência impulsiona as lutas de classes e os movimentos sociais urbanos, deixando claro o antagonismo entre empregado e o empregador. Tecer comentário a respeito da cidade é, no entanto, revelar os seus significados e, mais ainda, os possíveis rumos que se deve seguir, pois, a cidade remete-nos às tensões, aos conflitos urbanos e às contradições políticas. Essas condições nos fazem pensar o espaço urbano como campo de encontro de realidades e ideais que são desafios permanentes. Mas, por outro lado, a cidade é a cristalização das idéias do homem na transformação da primeira natureza, tornando, assim, parte do espaço geográfico que, segundo Lobato, é o espaço produzido pelo homem na natureza, ou seja, é a natureza artificialmente recriada. Entende-se que o espaço urbano, enquanto produto social produzido através do trabalho acumulado ao longo do tempo está em constante transformação, o que o torna um produto que se distancia cada vez mais da natureza.

Nesse contexto, vale lembrar Vilarinho (2000/2001) quando afirma que foi a partir da Idade Média que surgiram as tradições culturais e instituições financeiras ligadas à exploração da cultura urbana e são as cidades os únicos locais que oferecem possibilidade e público suficientes para a instalação desses serviços. A consolidação desse processo favoreceu a implantação da revolução industrial, a qual fomentou o avanço da revolução tecnológica e financeira precursoras da era industrial contemporânea, originando uma profunda transformação espacial que modificou as relações sociais e territoriais, difundindo a cultura, a técnica e fomentando o processo competitivo. O desenvolvimento da indústria estabeleceu a divisão internacional do trabalho, tanto para os países industrializados como para os países fornecedores de matéria-prima, estimulando as relações entre os países de todo o mundo e provocando também o surgimento do fenômeno da urbanização. No entanto, a formação da cidade na modernidade é o resultado da dinâmica social que, ao mesmo tempo, se reproduz de acordo com o modo de produção vigente na própria sociedade. Neste aspecto, a cidade é a condição, o meio e o produto do processo de reprodução do capital.

Através da dinâmica da cidade torna fácil a identificação das características tanto de formação como econômicas e políticas e ainda os agentes sociais de sua produção, como por exemplo: o Estado, o empresariado, os proprietários de terra urbana, os promotores imobiliários e os excluídos do processo produtivo. Na fragmentação espacial, o solo na cidade é transformado em mercadoria e seu

preço regulado pelo mercado. A cidade é transformada em pedaços, fomentando, assim, uma paisagem urbana desigual e, ao mesmo tempo, excludente. Em outras palavras, o espaço urbano em seu interior é, como diz Ana Fani (1993), ele deve estar: "entre o viver plenamente e o sobreviver tão-somente."

Essas modificações levaram as cidades a assumir posições cada vez mais importantes na sociedade. O processo que impulsiona os elementos formadores das mesmas como também os conflitos entre os agentes sociais e os agentes econômicos que disputam a terra urbana vêm privilegiar o processo de urbanização destacando as origens, a natureza e a organização espacial das atividades econômicas da sociedade de um dado país ou de uma região. Nesse contexto, os estudos urbanos são inspirados no estruturalismo que tem como objetivo a compreensão da localização no espaço e no tempo, como também da economia e da população, como suas formas de distribuição e apropriação da produção, da circulação e do consumo necessárias à acumulação de capital em uma economia de mercado. Porque o processo de produção da cidade determina a valor da terra por local, tornando a produção e a localização simultâneas.

No contexto acima, o trabalho humano produz e reproduz ao mesmo tampo o espaço urbano tendo como objetivo sempre valorizar a localização, porque toda melhoria implantada nele é incorporada ao valor (preço) da terra, dificultando, assim, o acesso à mesma pela população de baixo poder aquisitivo. Essa melhoria se transforma, na maioria das vezes, em instrumento de apropriação privada dos investimentos públicos. Esses mecanismos contribuem para a transformação do espaço urbano em um palco onde se realiza a maioria dos movimentos reivindicatórios de todos os tipos: religiosos, dos sem-teto, folclóricos, culturais, salariais etc., portanto, ele constitui-se em um campo de luta permanente.

Portanto, a produção da cidade deve ser compreendida e apreendida como um processo que cria e recria as condições que permitem a reprodução ampliada do capital. Essa ampliação resulta promovendo novas concentrações de atividades em outras áreas da cidade, surgindo, assim, novas centralidades que apresentam vantagens locacionais. No entanto, a produção do espaço urbano no Brasil é um conjunto complexo de demandas políticas e sociais, que requer uma análise mais reflexiva sobre esse processo de urbanização que vem acontecendo no País nos últimos anos, porque a demanda pelo espaço na cidade é operacionalizada por empresas, por pessoas individualmente ou por entidades de consumo coletivo e, também, porque, geralmente, o espaço na cidade, mesmo na pior localização, têm que ser comprado ou alugado.

Mas, é importante ressaltar que hoje quase não se fala de cidade, e, sim, do urbano ou do fenômeno urbano que vem surpreendendo com a sua complexidade, que ultrapassa os meios do conhecimento e os instrumentos da ação prática. Como afirma Lefebvre (1999, p. 51):

> [...] as funções, as estruturas, as formas apesar de necessárias não se mostram suficientes para definir o fenômeno urbano. O fenômeno urbano depende, primeiro, dos métodos descritivos, eles próprios variados. A ecologia descreve o "habitat", as áreas habitadas, as unidades de vizinhança, as formas de relações (primárias, na vizinhança; secundárias ou derivadas, num espaço ampliado). Mais sutil, a descrição fenomenológica ocupa-se dos laços entre os citadinos e o sítio; ela estuda o ambiente, as disparidades do espaço, os monumentos, os fluxos e os horizontes da vida urbana. A descrição empírica enfatiza a morfologia; ela dá conta, com exatidão, do que vêem e fazem as pessoas num contexto urbano, desta ou daquela cidade, de uma megalópole (cidade que explodiu, constituindo, entretanto, um conjunto administrativo e político, com funções urbanas, mesmo se as antigas formas e estruturas desapareceram).

Na afirmação, o autor evidencia que é importante a compreensão e a apreensão do fenômeno urbano na sua complexidade, pois, a cidade contemporânea tem mudado constantemente as relações sociais, por motivo do avanço tecnológico em geral, caracterizando uma nova era denominada de terceira "onda", ou seja, a "sociedade da informação".

Como diz Vilarinho (2002), atualmente a sociedade vem sofrendo transformações nas suas relações sociais provocadas pelo avanço tecnológico, o qual fomentou o surgimento das cidades digitais que marcam uma opção de vida surpreendente. Esse processo cria território e ao mesmo tempo o desfaz. Hoje, a revolução digital promove uma concorrência em escala global, onde empresas começam a explorar as novas oportunidades de mercado desenvolvendo áreas de negócios até então inexistentes. A emergência de uma sociedade em rede, via Internet, faz emergir o que chamamos de ciberespaço, um espaço imaterial das novas relações sociais.

Nesse contexto, a questão urbana aparece tanto como conjunto quanto como sede de múltiplos mercados, tais como, o mercado dos produtos agrícolas, o de produtos industriais, o dos produtos importados e o dos produtos fabricados no País, o mercado de capitais, o mercado de trabalho, o mercado imobiliário e neste, incluso, a moradia e as áreas urbanas não edificadas. Mas a questão urbana não é somente definida como lugar de passagens e/ou de trocas, nem a sua realidade vincula apenas ao consumo, ao terciário, às redes de distribuição, visto que sua definição se caracteriza com a intervenção

tanto na produção do espaço urbano como em suas relações, pois, o crescimento das cidades transformou a questão urbana no fenômeno marcante das cidades modernas.

Vilarinho (2002) aponta elementos importantes inseridos neste contexto como, por exemplo: as relações entre o relevo e a sociedade, pois o relevo, considerado aparentemente invariante, tem seus processos naturais alterados pela ação do homem, através da modificação do solo, da vegetação, das condições hidrológicas, das formas de erosão e da forma de ocupação pela moradia. Essa alteração provocada pelo homem, quando é indiscriminada, faz com que o processo de destruição da natureza dê resposta mais rápida e catastrófica. Mediante tal situação, necessário se faz a participação do geógrafo nas equipes de planejamento para a realização de estudos sobre sociedade/natureza, visando evitar essas catástrofes de destruição da natureza. Esses estudos são indispensáveis à pesquisa, tendo como finalidade oferecer alternativas de soluções aos órgãos de planejamento, na utilização e no controle racional da natureza. Pois, em termos naturais, chama-se à atenção para a importância dos estudos geomorfológicos, os quais permitem indicar formas racionais de ocupação do espaço urbano. No Brasil, dois fatores agravantes dificultam a solução desses problemas: 1) uma parcela significativa da população vive em áreas urbanas sem saneamento básico; 2) o crescimento intensivo das cidades leva a expansão do sítio urbano que resulta na ocupação de áreas não favoráveis à construção de moradias.

A evolução urbana modificou significativamente a vida social do Ocidente, ocasionada pelo intensivo crescimento das cidades e o conseqüente despovoamento do campo. A cidade até então existente desaparece devido à renovação contínua em sua estrutura interna, tendo como objetivo atender a demanda do novo mercado imobiliário que surgia naquele momento, fazendo com que a cidade deixasse de ser dos cidadinos que a habitam, passando ser a cidade do capital que a explora.

Mas é importante observar que nos atuais padrões de modernidade não existem tendências definidas, o que não pode negar que a cidade sempre foi uma fração do espaço produzido pelo homem em seu trabalho cotidiano, caracterizada pela alta concentração espacial da população. Que, segundo Soja (1993, p. 118):

> [...] a cidade passou a ser vista não apenas em seu papel distintivo de centro de produção e acumulação industrial, mas também como o ponto de controle de reprodução da sociedade capitalista em termos de força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo.

Nesta colocação, o autor demonstra que a cidade é uma concentradora de capital e de prestação de serviços e ainda acumula os bens coletivos. Observa-se que a cidade passou a viver em seu cotidiano uma ampla inovação em sua base estrutural, transformando o solo urbano em uma "mercadoria" lucrativa. Esse processo força constante mutação da cidade, pois ela é o espaço onde afloram as contradições.

Observa-se que a cidade, além de concentrar capital, também reproduz a força de trabalho. É importante ressaltar que os processos espaciais discutidos e desenvolvidos até então, constituem em excelentes informações que ocorrem na cidade em termos de organização e reorganização do espaço urbano: 1-*Centralização*: um processo que está saturando as grandes cidades em suas áreas centrais; 2-*Descentralização*: no momento atual, o poder instituído está concentrando esforços para descentralizar as atividades das áreas centrais das cidades, incentiva-se até a criação de vários centros de negócios numa mesma cidade; 3-*Coesão*: refere-se à existência de um centro comercial variado, que favorece o consumidor, é também denominado de economia de aglomeração; 4-*Segregação*: acontece especialmente nas áreas residenciais do espaço urbano, tendo como finalidade a separação dos habitantes da cidade, de acordo com o *status quo*; 5-*Invasão-Sucessão*: transformação de áreas residenciais em comerciais e residências de luxo em multifamiliar - o cortiço; 6-*Inércia*: caracteriza-se pelo tombamento de casarões antigos, de determinadas áreas urbanas, integrando-os ao Patrimônio Histórico.

Portanto, a formação das cidades é marcada por processos contraditórios que constituem num movimento de múltiplas formas. Nota-se que, nos últimos 40 anos o mundo passa por profundas transformações geradas pelo processo denominado *globalização*, o qual abre perspectiva de progresso e desenvolvimento surpreendentes, mas, ao mesmo tempo, cria uma nova gama de problemas e conflitos, cuja solução demandará um enorme esforço de toda sociedade, onde capital, bens, serviços, tecnologia, informação e conhecimento circulam em um espaço global criando novos fluxos de riqueza, de poder, de imagens, de identidade e de participação e eles são os ingredientes básicos necessários para formar a base de sustentação da sociedade pós-moderna.

A evolução urbana no Brasil

As transformações urbanas da atualidade tornam difícil realizar uma projeção de planejamento para o futuro. Nesse contexto, é importante ressaltar que o processo de urbanização implantado no Brasil teve várias fases, com um sistema urbano em escala nacional, com hierarquia definida e a emersão

de uma metrópole com caráter essencialmente concentrador de urbanização, a cidade de São Paulo, que reflete o padrão característico da industrialização. A partir de então, surgem novas formas urbanas, as aglomerações de duas ou mais cidades, formando, assim, as áreas metropolitanas do País.

O Brasil, hoje, é um País praticamente urbanizado, com a maioria de sua população morando nas cidades, mas ainda é carente em saneamento básico, transporte coletivo de qualidade, redes adequadas de telefonia e de informações, áreas de lazer equipadas, patrimônio conservado e respeitado, serviços públicos de qualidade e acessíveis a toda população urbana. Mas, é importante observar que a luta pela terra na cidade se intensificou nos últimos 40 anos, tendo como causa principal o processo espoliativo da urbanização, onde a segregação espacial é a marca registrada, e a construção de moradia para população de baixo poder aquisitivo foi mantida, em um patamar mínimo com um quadro de urbanização desigual e segregador, vinculado à apropriação excludente da terra urbana e dos serviços públicos de infra-estrutura. O espaço urbano nesse processo sempre foi produzido e consumido dentro da dinâmica vinculada à divisão social do trabalho, onde cada parcela de terra urbana detém um valor demarcado, em função de sua localização e de sua potencialidade de uso.

Observa-se, também, que os agentes sociais promotores do espaço urbano no Brasil, ao implementarem mudanças, ainda determinam a forma de como ele deva ser apropriado; as estratégias deste processo são engendradas na regra do jogo de mercado, pois o proprietário fundiário atua sempre visando à maximização do lucro, ele luta pela conversão da terra rural em terra urbana e atuando ainda como promotor imobiliário na comercialização dos terrenos, onde fica evidente que o solo urbano, atualmente, é uma mercadoria das mais rentáveis.

O Brasil, depois de passar por um processo de urbanização em ritmo acelerado, concentrando a população nas cidades, atualmente vem passando por mudanças significativas, tanto na distribuição da população como em seu sistema urbano. O acelerado processo de urbanização transformou o Brasil, de País rural, em País urbano e hoje mais de 80% da população brasileira reside nas cidades e praticamente quase toda população urbana enfrenta os mais variados problemas. Segundo projeções da ONU, a taxa de urbanização brasileira deverá atingir, em 2025, o patamar de 88%.

Esperamos que agora, com a aprovação do Estatuto da Cidade e a sua aplicação na prática, sejam sanadas as distorções existentes na produção do espaço urbano, porque a rápida urbanização brasileira provocou a intensi-

ficação do processo de exclusão social, evidenciando a violência e a marginalização, portanto, os problemas urbanos não são novos, há muito estão presentes no cotidiano de nossas cidades e vêm aumentando a cada dia Um dos problemas que mais angustia é a falta de moradia para classe social menos favorecida economicamente, pois, os trabalhadores que constroem a cidade não têm o direito de morar dignamente, restando-lhes a alternativa de ocupar as áreas não edificadas existentes no perímetro urbano, que estão à espera da supervalorização, gerando conflitos com os proprietários das mesmas, indo o caso parar na justiça que, geralmente, decide pela reintegração de posse para os proprietários; mais uma vez os trabalhadores são despejados de suas moradias, esta é a lógica da sociedade de consumo. Entende-se que somente com essa implementação se possa ter uma sociedade mais justa e fraterna.

UFMT - Biblioteca Central
BIBLIOTECA

Mas é importante frisar que a industrialização brasileira exigiu significativa concentração de capitais nos setores de infra-estrutura regional, como: construção de estradas pavimentadas, hidroelétricas, aeroportos, sistema de comunicação e nos setores produtivos das indústrias de base, a construção das siderúrgicas e dos pólos petroquímicos. Observa-se que o uso do solo urbano nas cidades brasileiras transformou-se profundamente, tanto o uso residencial e comercial como o uso industrial, processo que colaborou com a migração dos trabalhadores rurais para a cidade, na ilusão de conseguir um emprego decente para o sustento da família, uma vez que tornara impossível continuar trabalhando no campo. Contudo, chegando à cidade sem qualificação profissional, estando reservadas a eles as condições precárias de habitação, em lugares insalubres denominados de "favelas" ou expostos ao relento, abrigando-se embaixo de viadutos, de pontes e em praças públicas, cenas comuns presenciadas nas cidades brasileiras.

Isso porque o processo brasileiro de urbanização segue a lógica do capital, onde a concentração de renda está nas mãos de poucos provocando, assim, também a concentração espacial nas mãos de algumas poucas parcelas da população urbana. Inserido nesse contexto, o uso da terra nas cidades brasileiras está estritamente vinculado à dinâmica do seu processo de urbanização, que fomenta o processo de desenvolvimento capitalista, o qual transforma as cidades em verdadeiros monstros, onde milhões de pessoas que as habitam convivem com o processo de vida brutalmente conflitivo, sem nenhum direito de usufruir os privilégios oferecidos pelas cidades. Enquanto isso, outra parcela dessa mesma sociedade, representada por uma minoria, mas com alto poder financeiro, desfruta de todos os privilégios que as cidades lhes oferecem termos de conforto e lazer.

A população urbana brasileira vem enfrentando um processo de empobrecimento progressivo, gerado, por um lado, pelo crescimento urbano descontínuo das cidades que encarece os investimentos para a implantação de indústrias, a qual produz emprego. Por outro lado, além da não implantação de indústrias, está acontecendo o fechamento das indústrias instaladas, em razão de suas transferências para outros estados da federação, onde recebem incentivos fiscais para se instalar.

O processo de produção do espaço urbano no Brasil é controlado pelos especuladores imobiliários; é loteado, deixando entre um loteamento e outro uma área territorial livre destinada à supervalorização, o qual recebe do Poder Público a necessária infra-estrutura. Observa-se que a questão urbana no Brasil está incluída em um conjunto complexo de demandas políticas e sociais, que requer uma análise mais reflexiva que vem ocorrendo no País nos últimos tempos, porque a terra é propriedade privada, pois mesmo que o terreno esteja na pior localização, é comprado, vendido ou alugado no mercado imobiliário. Como diz Vilarinho Neto em sua Dissertação de Mestrado (1982, p. 293):

> [...] a questão urbana é, sem dúvida, alvo de reivindicações e, ao invés de restringir-se a reivindicações de melhoramentos isolados dentro do espaço urbano voltados aos interesses do Estado (e das classes dominantes), ela deve ganhar um conteúdo político mais amplo, inserindo-se num projeto de uma nova política habitacional fundiária urbana, uma nova sociedade, discutida e elaborada pela sociedade como um todo, que habita esse espaço urbano, ou seja, por organizações e movimentos de base territorial e sindical, para que só assim não possa cair no ciclo vicioso da ideologia capitalista, que é construir habitação, a casa própria, em loteamentos periféricos, que reproduzem o espaço urbano de uma forma que só interessa ao modo de produção e de pensar capitalista.

Nesse processo, a produção do espaço urbano brasileiro obedece às regras da mercantilização do uso do solo urbano, que se transforma em um negócio vantajoso para os promotores do espaço, os quais, gananciosamente, vendem lotes para a classe média e a de maior poder aquisitivo. Enquanto à camada populacional de menor poder aquisitivo é negado esse direito, ficando apenas com a opção de ocupar as áreas não edificadas existentes nas cidades, muitas vezes a espera de supervalorização, onde constroem suas habitações em condições precárias de moradia e, às vezes, ainda é expulsa com brutal violência pelo próprio poder público estabelecido. Nesse caso, o solo urbano deixou de significar apenas utilidade para a moradia, transformando-se em ação econômica, perdendo a relação com o valor de uso e passando a

relacionar-se com o capital, ou seja, com o valor de troca, pois os agentes de produção do espaço urbano não estão preocupados com a necessidade de habitar, mas sim, com, a produção de um espaço urbano transformado em mercadoria que alimenta a reprodução do próprio capital.

A evolução da urbanização das cidades em Mato Grosso

A exemplo do que acontece nos demais Estados brasileiros, o de Mato Grosso não foge à regra, pois o solo urbano também deixou de significar apenas utilidade para a moradia, perdendo a relação com o valor de uso e passando também a se relacionar com o valor de troca. Em Mato Grosso, a produção do espaço urbano não resulta somente da especulação imobiliária e dos movimentos financeiros, visto que, de um lado, está a implementação industrial (agronegócio) e os serviços, elementos que dão sustentação à base de arrecadação tributária, através da cobrança de impostos diretos e indiretos. De outro lado, o processo de migração para o Estado que, até os anos de 1980, promoveu a ida de um intenso contingente populacional para o Mato Grosso, decorrendo disso o processo de urbanização, tanto em algumas cidades já existentes como naquelas que surgiram vinculadas ao processo de colonização.

A partir de então, a ampliação do espaço nas maiores cidades do Estado fomentou o surgimento dos distritos industriais que também influenciaram no processo de migração campo-cidade, pois a mão-de-obra não qualificada, formada por habitantes das áreas ribeirinhas, das áreas de extrativismo em geral e ainda pelos mal sucedidos oriundos do processo de colonização, foi atraída para as cidades, provocando o crescimento sem planejamento adequado, consolidando, assim, uma produção caótica do espaço urbano estadual.

Na década de 1970, o Estado de Mato Grosso passou a experimentar um crescimento populacional em ritmo acelerado, vindo modificar amplamente o espaço de suas cidades, a partir dessa década deu-se o início ao processo de modernização das cidades existentes, com a implantação de uma nova forma na criação das novas cidades. Integrados a esse contexto estavam os programas do governo federal para o desenvolvimento da Amazônia e a transformação de Mato Grosso em fronteira agrícola, o que provocou profundas transformações em seu espaço territorial, conseqüentemente, em seu espaço urbano.

Ressalta-se que o intenso fluxo migratório vivenciado por Mato Grosso fomentou o processo de emancipação de vários núcleos urbanos, impulsionados pelo processo de colonização, surgindo, assim, novas cidades. Esta forma urbana que se configura na produção do novo espaço urbano, nada mais é do que a ação do Estado nas transformações, re-organização e organização do espaço urbano mato-grossense, pois, de um lado, estão os projetos que têm como principal objetivo recuperar através do saneamento ambiental, as carências existentes; do outro lado, os projetos de construção da verticalidade e dos condomínios horizontais murados, tornando-se segregador do restante do espaço urbano da cidade.

Para finalizar, é importante ressaltar que a produção do espaço urbano mostra que a sociedade tem sua base estrutural fundamentada no consumo do espaço, onde as transformações sociais estão associadas às transformações da produção, por isso não podemos pensar essas transformações sem levar em conta o processo que as manipula.

A partir da modernidade, o espaço urbano sofre profundas transformações, isso se deve ao processo de industrialização da sociedade, que modificou as relações sociais e possibilitou a difusão cultural, avanço tecnológico e, também, a concentração da população nas cidades.

O processo de produção do espaço urbano é articulado no âmbito internacional, portanto ele não se dá como um processo normal de desenvolvimento, pois está inserido na expansão das relações capitalistas. Como relações de exploração, para a reprodução do próprio capital em escala ampliada.

A valorização do espaço urbano não resulta somente da especulação imobiliária e nem dos movimentos puramente financeiros. Ela resulta, também, do processo de criação real de riqueza, do crescimento industrial e da prestação de serviços. No entanto, essa valorização é fruto dos investimentos públicos que cria condições para a classe de alto poder aquisitivo investir no urbano, transformando o comércio de terra em uma das atividades mais lucrativas do momento atual.

Portanto, a produção do espaço urbano está vinculada à intervenção do Estado para dar continuidade ao processo de crescimento do capital, porque é no espaço urbano que o capitalismo produz e reproduz sua força de trabalho.

Considerações finais

As cidades só se consolidam a partir da Idade Média, momento que inicia a formação do processo comercial sistematizado. Somente na modernidade que o crescimento das cidades se intensifica e os espaços urbanos sofrem profundas modificações, com o advento de um novo modelo econômico, o percussor da revolução industrial, fomentando as modificações nas relações sociais, tanto na difusão cultural como no avanço tecnológico, e este gerou a competitividade e a divisão internacional do trabalho.

O presente texto mostra que a apropriação do espaço urbano na sociedade capitalista gera desigualdade social, pois a classe privilegiada, ou seja, aquela de melhor poder aquisitivo, se instala em locais confortáveis do espaço urbano, restando à classe de menor poder aquisitivo sua exclusão destes locais, ficando apenas, na maioria das vezes, a opção de ocupar os locais insalubres e inadequados à moradia. Nota-se que, quanto mais a sociedade avança tecnologicamente, mais aumenta o empobrecimento da população.

Portanto, necessário se faz buscar medidas adequadas de investimentos na geração de empregos, sem afetar o avanço tecnológico da sociedade.

Referências

BONDUKI, Nabil (Org.). **Habitat** - As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)produção do Espaço Urbano**, São Paulo: EdUSP, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Epaço-Tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

DAVIDSON, Forbes e ACIOLY, Cláudio. **Densidade Urbana**. – Um Instrumento de Planejamento e Gestão Urbana. – Tradução Cláudio Acioly. Mauad: 1998.

DEÁK, Csaba. SCHIFFER, Sueli Ramos. O Processo de Urbanização no Brasil: Falas e Façanhas. In: DEÁCK, Csaba. SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999.

GEDDES, Patrick. **Cidades em Evolução**. Tradução: Maria José Ferreira de Carvalho. Campinas: Papirus, 1994.

GONÇALVES, Maria Flora (Org.). **O Novo Brasil Urb** – Impasses/Dilemas/Perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EdUSP, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Revisão Técnica Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP& A, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades** – Alternativas para a Crise Urbana. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo** – Ilegalidade, Desigualdade e Violência. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. 4ª ed. São Paulo: Atual, 1997.

PAVIANI, Aldo (Org.). **Urbanização e Metropolização** – A Gestão dos Conflitos em Brasília. Brasília: UnB, 1987.

RATTNER, Henrique. **Planejamento Urbano e Regional**. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1978.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos (Org.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana** - O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 3ª ed. São Paulo. HUCITEC, 1996.

SASSEN, Saskia. **As Cidades na Economia Mundial**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Nobel, 1998.

SERRA, Geraldo. **Urbanização e Centralismo Autoritário**. São Paulo: EdUSP/Nobel, 1991.

SILVA, José Borzacchielo da; COSTA, Maria Clélia Costa. DANTAS, Eustágio Wanderley C. (Org.). **A Cidade e o Urbano**. Fortaleza. EdUFC: Temas para Debates, 1997.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas** - A Redefinição do Espaço na Teoria Social Crítica. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. A Identidade da Metrópole. São Paulo: HUCITEC: 1994.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **O II PND e a Política Urbana Brasileira**: Uma Contradição Evidente. In: O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: EdUSP: 1999.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual**. São Paulo: Ática, 1996.

VALLADARES, LÍCIA e PRETECEILLE, Edmond (Org.). **Reestruturação Urbana**. Tendências e Desafios. Nobel/IUPERJ: São Paulo. 1990.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida e SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (Orgs.). **Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira**. UFBA: Salvador, 1999.

VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. Uma Dimensão do Fenômeno Urbano. **Revista Mato-Grossense de Geografia**. Cuiabá. 2000/2001.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **Projeto CURA Cuiabá** – Um Exemplo da Intervenção do Estado nas Transformações do Espaço Urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP/Rio Claro, 1982. (mimeo).

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **Metropolização Regional, Formação e Consolidação da Rede Urbana do Estado de Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Geografia) – FFCL/USP, 2002.